

Entre o útil e o futil

JORNAL DE BRASÍLIA
LOURIVAL NOVAES DANTAS

20 ABR 1994

Não cumprir um dispositivo constitucional é, no mínimo, inconstitucional. Quem não consegue exercer suas atribuições básicas é incompetente e descartável. Uma casa que não cumpre com a sua essencialidade é inepta, ineficaz e ineficiente.

Até um amontoado de analfabetos tem consciência política para entender que está tudo errado neste País de miseráveis e famintos, de desempregados e doentes, os desassistidos de toda ordem. Os privilegiados, empregados pagos pela sociedade, os ricos que ficam cada vez mais ricos com o atual sistema político-econômico brasileiro, são os "assistidos de toda ordem". Entre esses dois "mundos brasileiros" existe um Congresso que tem a função constitucional de democratizar os direitos e as obrigações dos cidadãos, e deve fazê-lo consoante a Carta Magna.

Mas, como podemos acreditar que o Congresso possa exercer esse nobre papel se seus membros vivem de assistir os que não necessitam de assistência e sobrevivem fazendo demagogia para com os desassistidos? Qual a verdadeira utilidade de um Parlamento em um País pobre e minado pelo corporativismo insensato e insensível? Seria futilidade da nossa parte imaginar que o corporativismo parlamentar legisla sob o interesse eleitoreiro?

Seria futilidade da nossa parte imaginar que os parlamentares, ao adiar a revisão constitucional para o próximo ano, continuarão a legislar em causa própria, como quem quer definir a regra do jogo somente após garantir o seu assento à mesa?

Se são pensamentos fúteis da nossa parte (os desassistidos de toda ordem), então podemos questionar a utilidade do Parlamento para um País, cujos governantes nos tratam como inúteis, como se os 150 milhões de brasileiros vivessem do assistencialismo e fisiologismo político-governamental.

Somos fúteis em pensar que os nossos parlamentares queiram, com seu corporativismo corrompido e imoral, continuar a manipular a sociedade brasileira num palco iluminando sob os focos dos monopólios, dos oligopólios, dos cartéis e do clientelismo?

Somos fúteis em imaginar que o nosso Parlamento é insensível, míope e incompetente em não entender que os ma-

quiavélicos sistemas previdenciário, tributário e fiscal são obstáculos para que se promova a produção e a ética no País?

Somos levianos em supor que nossos parlamentares fazem parte do "Brasil assistido por todos", ao interromperem o processo revisional, via pela qual poderemos — se não formos inúteis, incompetentes e fúteis — extirpar das nossas veias o micrório da inflação e eliminar das nossas cabeças a inconsciência quanto aos desequilíbrios sociais e regionais?

Vivemos um momento de decisões.

Devemos decidir se queremos ser úteis ou se continuamos a ser considerados fúteis.

Temos que decidir se queremos ou não conviver, pacificamente, com a futilidade nesse País carente de tudo, revivendo por mais 50 anos o atual modelo de desenvolvimento, arcaico pela sua própria natureza.

Precisamos decidir se aceitamos as úteis doações do crime organizado, para solucionar os nossos problemas sociais e humanitários mais emergentes, ou se esperamos pelo "Deus Brasileiro" que nos dará educação, saúde e segurança para a eternidade e, com futilidade, mais seis meses.

Como dizia Padre Antônio Vieira, na introdução de seu livro *A Arte de Furtar*: "com arte e engano, eu vivo a metade do ano. Com engano e arte, a outra parte".

É o próprio casamento da utilidade com a futilidade.

Mas convém lembrar que somente com uma Constituição útil para a realidade brasileira poderemos nos dar ao luxo de usufruir, no futuro, de certas futilidades.

Futilidades como a de um Congresso formado por senadores e deputados que manipulam um superavitário Orçamento da União; que são omissos no ato de legislar em causas próprias; que se mostrem gazeteiros das sessões onde ocorram decisões que só beneficiam parte da sociedade e que podem até ser absolvidos por não apresentarem suas declarações de renda.

Depois de seis meses de debates sobre o futuro do País, o Congresso não promoveu nenhuma ação útil para a sociedade. Essa mesma sociedade fará, em 3 de outubro, o julgamento da utilidade ou futilidade da Casa.

■ Lourival Novaes Dantas é primeiro vice-presidente da Fibra